



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR

**Debate das propostas de Decreto Legislativo Regional das
Orientações a Médio Prazo para 2005-2008
do Plano Regional Anual para 2005
e do Orçamento Regional Anual para 2005**

**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Horta, 7 de Abril de 2005**

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região
Autónoma dos Açores,

Senhoras e senhores Deputados,

Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores,

Senhores Membros do Governo,

O compromisso político da Região para o desígnio da
Sustentabilidade é hoje uma realidade consubstanciada no
Programa do Governo Regional e, conseqüentemente, no
Plano e Orçamento para esta legislatura.

O desenvolvimento sustentável ambiciona a protecção e
gestão otimizada dos recursos naturais e, a esse desiderato,
associa o desempenho económico e o reforço da coesão
social. As linhas de orientação estratégica para o
desenvolvimento sustentável devem contribuir para a
resolução dos problemas do presente com a perspectiva de
concretizar a visão de futuro adequada a um exercício pleno de
cidadania.

Estamos convictos de que o desígnio da Região Autónoma dos
Açores deve estar associado a uma missão para a Qualidade,
considerando-se este o paradigma que deve nortear o
programa de medidas para a sustentabilidade da Região.

Uma das linhas de orientação que melhor assegurará essa
visão integrada no nosso modelo de desenvolvimento é o valor



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR

atribuído à participação e envolvimento de todas as partes interessadas – cidadãos, empresas, organizações não governamentais, associações profissionais e instituições de investigação.

Neste sentido, defendemos que o desenvolvimento sustentável é matéria da responsabilidade de toda a sociedade e não apenas das instituições públicas, ainda que a Secretaria Regional do Ambiente e do Mar tenha assumido a responsabilidade de materializar o esforço e empenhamento de todo o Governo Regional neste projecto.

Por isso, já na anterior legislatura se deram os primeiros passos para a definição do Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região Autónoma dos Açores, iniciando-se os estudos de base e envolvendo a Região em programas comunitários que visam a constituição de um Observatório para a Sustentabilidade.

Vamos prosseguir com as reformas necessárias e um esforço sem precedentes para materializar um Programa de Desenvolvimento Sustentável cujo lema seja a Qualidade. Destaco apenas duas traves-mestras. O investimento prioritário é nas pessoas, e a componente ambiental é o factor de diferenciação nuclear dos Açores.

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores Deputados,

Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores,

Senhores Membros do Governo,

A aposta nos Açores como uma Região ambientalmente qualificada é hoje um objectivo do Governo Regional dos Açores, aliás sustentado num amplo consenso social, o que permite potenciar o valioso património natural existente. Todavia, o estado do Ambiente nos Açores apresenta algumas



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR

fragilidades que necessitam de um esforço adicional tendente à sua resolução.

Eis alguns dados relativos à Água, aos Resíduos e à Biodiversidade.

A água tem sofrido uma crescente procura nos Açores, estimando-se que actualmente cerca de 56 por cento das necessidades estão alocadas ao uso urbano. As necessidades para uso industrial e agrícola são da ordem dos 22 por cento, respectivamente, sendo mais prementes nas ilhas de S. Miguel e da Terceira.

Não obstante o facto do balanço entre as necessidades e as disponibilidades demonstrar que a procura pode ser satisfeita a partir dos recursos existentes, importa ressaltar que em algumas ilhas interessa gerir adequadamente o esforço já assinalável de captação de água subterrânea, pois a distribuição de recursos é marcada por uma acentuada assimetria.

No que concerne a problemas de qualidade, constata-se que a água subterrânea, a partir da qual é assegurado cerca de 98 por cento do abastecimento, não apresenta problemas acentuados, verificando-se apenas, em alguns pontos, problemas decorrentes da intrusão salina e da contaminação com origem na actividade agrícola. Quanto às massas de água de superfície, verifica-se que em alguns lagos ocorrem enriquecimentos acentuados de nutrientes (azoto e fósforo), o que implica que tenham sido classificadas como eutróficas e alvo de Planos Especiais de Ordenamento das Bacias Hidrográficas, cuja implementação é actualmente uma das preocupações fundamentais da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar.

No que concerne aos níveis de atendimento dos serviços de abastecimento de águas às populações e de drenagens, tratamento e destino final de águas residuais, o quadro apresenta algumas lacunas. Cerca de 100 por cento da população é servida por sistemas de abastecimento, mas as insuficiências, relacionadas essencialmente com as perdas na



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR

adução e distribuição, implicam que apenas 87 por cento da população seja abastecida regularmente ao longo de todo o ano. O nível de atendimento no tratamento da água atinge 84 por cento da população, embora cerca de 80 por cento da água seja apenas alvo de um tratamento de cloragem.

No que concerne às águas residuais, a situação é mais complicada: o atendimento dos sistemas de drenagem era, em 2001, de apenas 38 por cento, sendo os restantes 62 por cento servidos por fossas sépticas individuais, sendo que o nível respeitante ao tratamento de águas residuais só abrange 24 por cento da população.

No que diz respeito aos resíduos, a produção declarada de resíduos sólidos urbanos em 2003 atingiu o valor de 118.650 toneladas, a que corresponde uma capitação diária de 1,37 quilos por habitante, mais de 50 por cento dos quais produzidos em S. Miguel e cerca de 20 por cento na ilha Terceira.

A composição média dos RSU gerados na Região mostra a preponderância crescente dos resíduos orgânicos, que urge valorizar, enquanto a segunda componente principal correspondem a material de embalagem. Este último factor salienta a necessidade de promover a recolha selectiva, que abrange apenas cerca de 4 por cento. No que concerne ao destino final, constata-se que ocorreu nos últimos anos uma evolução muito positiva, sendo actualmente cerca de 80 por cento dos resíduos depositados em aterros sanitários.

Relativamente aos Resíduos Industriais Banais e Perigosos, constata-se que, por falta de empenho na entrega dos mapas de registo por parte dos produtores que assumem a respectiva gestão, não existe um destino final adequado para estes materiais. Actualmente, encontra-se em discussão pública o Plano Estratégico de Resíduos Industriais e Especiais dos Açores.

Acresce que uma tonelagem significativa de resíduos é hoje exportada para Portugal Continental, como óleos usados, sucata, equipamentos eléctricos e electrónicos, pneus usados,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR

embalagens e resíduos de embalagens, o que implica um custo adicional compartilhado pelo Governo Regional.

Os resíduos hospitalares foram alvo de um plano específico em 2003, pelo que é possível quantificar com rigor a realidade regional.

No âmbito da biodiversidade e da conservação da natureza, para além da aplicação de convenções ratificadas pelo Estado Português, um grande esforço tem sido levado a cabo na definição da Rede Natura 2000, e do seu plano de gestão sectorial, e de áreas protegidas, incluindo a respectiva requalificação ambiental.

Necessariamente que o esforço feito no intuito da preservação dos valores ambientais da Região tem sido sustentado num esforço financeiro crescente, facilmente dedutível se compararmos os **33 euros *per capita* dispendidos em 2003 com o valor médio de investimento de 2 euros *per capita* no período 1992-1996**. O aumento de investimento de execução directa do Governo Regional decorreu do acesso aos fundos comunitários, e, em especial, nos últimos anos, os programas PRODESA e INTERREG.

A título de exemplo, refira-se que a Medida 3.5 (Desenvolvimento do sistema ambiental e do ordenamento) do PRODESA contemplava um envelope financeiro de 36.978.000,00 que hoje se encontra totalmente comprometido por investimentos executados ou intenções de investimento já contempladas.

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores Deputados,

Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores,

Senhores Membros do Governo,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR

Nesta legislatura, o Governo Regional irá prosseguir com as reformas necessárias à implementação de um modelo estratégico para o desenvolvimento sustentável da Região. O Plano e Orçamento para 2005 é constituído por seis projectos e 66 acções que caracterizam com pormenor as actividades a desenvolver.

Com base no enquadramento que foi dado, queria realçar as áreas de intervenção que merecem maior atenção, tendo em conta as prioridades estabelecidas pela Secretaria Regional do Ambiente e do Mar.

No domínio da qualidade, formação e promoção ambiental, prosseguiremos com a implementação do Plano Sectorial e dos Planos de Gestão da Rede Natura 2000. **Implementaremos reformas importantes no que diz respeito aos planos estratégicos de gestão de resíduos. Destaco como um desígnio desta legislatura a implementação de um Sistema Integrado de Gestão para os Resíduos na Região Autónoma dos Açores. Continuaremos empenhadíssimos na implementação do Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Região Autónoma dos Açores, onde as acções de informação, sensibilização, promoção e educação ambiental têm um papel fundamental.**

No âmbito dos recursos hídricos e ordenamento do território, vamos prosseguir com **importantes reformas, destacando-se o investimento na protecção da orla costeira, das bacias hidrográficas e a valorização dos recursos hídricos e ecossistemas associados.**

Assim, afiguram-se como áreas de intervenção prioritária a implementação dos Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Sete Cidades e das Furnas.

A eutrofização de massas de água de superfície corresponde a um dos problemas de qualidade da água com maior impacto a nível mundial. Também nos Açores, e com particular acuidade nas Lagoas das Sete Cidades e das Furnas, a degradação da



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR

qualidade físico-química e biológica da água provocou consequências no que concerne à limitação das eventuais e utilizações daquelas reservas hídricas estratégicas.

Não obstante os estudos de caracterização/ monitorização terem permitido avaliar a evolução da qualidade da água nos últimos anos, foi o lançamento, em 2002, dos Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Lagoas das Sete Cidades e das Furnas que permitiu estruturar uma resposta integrada, dinâmica e transversal, envolvendo vários organismos da Administração Regional.

Neste contexto, importa referir que a elaboração destes Planos Especiais de Ordenamento do Território visa garantir a compatibilização dos usos e actividades humanas com a protecção, valorização e requalificação ambiental das Bacias, nomeadamente promovendo a recuperação da qualidade da água.

Os modelos de intervenção nas Bacias Hidrográficas preconizam uma **reforma sem precedentes nos últimos vinte anos que assenta sobre cenários seleccionados que balizam um Programa de Execução, consubstanciado nas Acções/ Projectos a desenvolver no terreno.**

Na Bacia das Sete Cidades foi adoptado um cenário que se expressa mediante seis programas, 13 projectos e 53 acções. No que concerne à Bacia das Furnas, o modelo de intervenção contempla 30 Acções/ Projectos.

De forma a operacionalizar a execução dos Planos e ampliar os benefícios que decorrem naturalmente da sua execução integrada e dinâmica, criar-se-á uma Sociedade de Gestão de capitais exclusivamente públicos. Esta entidade ficará responsável pela implementação, gestão e monitorização dos projectos, bem como pela captação dos necessários investimentos junto de programas de financiamento nacionais e comunitários.

Continuaremos a implementar os Planos de Ordenamento da Orla Costeira e **lançaremos nesta legislatura os restantes**



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR

concursos para elaboração dos Planos das ilhas de Santa Maria, Graciosa, Pico, Faial, Flores e Corvo. Em face destes investimentos, estes projectos reflectem um crescimento de 56,8 por cento entre 2004 e 2005.

Será também dado um fim à actual situação de incumprimento da Directiva-Quadro da Água.

Nesta matéria, a política deste Governo para esta legislatura irá caracterizar-se pelo cumprimento das directivas comunitárias custe o que custar. Os primeiros sinais já foram dados com o recente encerramento da lixeira da Povoação. Cumpriremos e faremos cumprir, a bem da preservação do Ambiente.

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores Deputados,

Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores,

Senhores Membros do Governo,

No âmbito da valorização da qualidade ambiental e conservação da Natureza, **vamos prosseguir com a implementação de uma reforma fundamental de um modelo estratégico-operacional para um sistema integrado de gestão de resíduos dos Açores**, que é manifestamente uma responsabilidade partilhada por municípios, agentes económicos e Governo.

A gestão dos resíduos constitui uma das questões da actual política ambiental, motivada pelas preocupações na preservação da qualidade do Ambiente e no cumprimento das directrizes da União Europeia. Estas preocupações adquirem um significado muito específico em regiões insulares e ultraperiféricas. No caso concreto da Região Autónoma dos Açores, estas dificuldades são acrescidas pela fragmentação e dispersão territorial e pela necessidade de garantir soluções para cada uma das ilhas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR

No capítulo da conservação da Natureza e da biodiversidade, os Açores deram passos importantes no que diz respeito à Rede Natura 2000, estando mesmo no pelotão da frente na União Europeia, como já várias vezes foi referenciado. A dotação para 2005 nestes projectos significa um crescimento de 21,2 por cento relativamente a 2004.

Na globalidade, o Programa 21 cresce de 2004 para 2005 33,9 por cento. Se alargarmos este período e analisarmos o período de 2001 a 2008, constatamos que o crescimento é de 100 por cento, entre o investimento realizado de 2001 a 2004 (31.563.447) e as dotações previstas para o período 2005-2008 (63.230.796).

Os números falam por si e reflectem a aposta que o Governo Regional irá implementar nesta legislatura em matéria de Ambiente. Move-nos uma vontade férrea de prosseguir com um conjunto de reformas que vão projectar os Açores no Mundo.

Termino convicta de que os contributos que acabo de anunciar irão reforçar o caminho da Qualidade para a construção da Sustentabilidade na Região Autónoma dos Açores.

Disse.